

# humanitas

**Vol. XXXI-XXXII**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XXXI-XXXII



COIMBRA

MCMLXXIX-MCMLXXX

nos pareça de relembrar aquilo que o oitocentista português A. Mendonça Falcão traduziu como:

Assim eu, visto ser severo um tanto  
o assumpto aos que em todo o desconhecem,  
e que, ao vel-o, já de elle se desviam,  
quíz antes na suaviloqua linguagem  
das Musas explicar minhas idéas,  
e com seu doce mel dar-lhes doçura.

(IV. 18-22)

Mas, como diz Kenney, pp. 38 sqq. (cap. IV. *The Message and the Mission*), Lucrécio continua a ser lido porque tem algo para dizer. É a qualidade moral e intelectual da filosofia de Epicuro, cuja problemática central, a morte e o além, ainda na sociedade actual provocam ansiedades. E, em relação à discutida problemática da visão optimista ou pessimista de Lucrécio, muito em foco sobretudo quando se examina o livro V, o autor termina com uma citação de Santayana (*Three philosophical poets: Lucretius, Dante, and Goethe*. Cambridge, Mass., 1935, p. 25): «Epicurianism 'is a truth with a melancholy side; but being a truth, it satisfies and exalts the rational mind, that craves truth as truth, whether it be sad or comforting, and wishes to pursue a possible, not an impossible, happiness'».

Em suma, este opúsculo de *Greece and Rome* expõe, de uma maneira breve e atraente, a problemática geral do *D.R.N.* E fá-lo com interesse, entusiasmo, informação e espírito crítico, visíveis tanto no corpo do texto como nas notas a cada capítulo.

A lista das obras citadas engloba uma bibliografia seleccionada de uma centena de títulos, dos quais o autor ainda assinala 22 como especialmente úteis ou importantes. Pela nossa parte incluíamos a edição Budé e o volume dos *Entretiens Hardt* acima referido, mas que tem data posterior ao aparecimento da presente edição, e mencionaríamos, para Hadzsits, G.D., a data de 1963; para Wilkinson, L.P., a data da reimpressão de 1970.

FRANCISCO DE OLIVEIRA

**ALFONSO ORTEGA, Platón: primer comunismo de Occidente. Educación, psicología y política, Salamanca, Universidad Pontificia, 1979, 196 pp.**

O livro visa oferecer elementos que permitam um juízo próprio sobre o pensamento político de Platão e a sua teoria do Estado. Trata-se fundamentalmente de um comentário crítico-expositivo da *República*.

Como observa o autor (p. 14), desde que Platão publicou essa obra não mais cessaram as posições críticas face à configuração da sua cidade humana: desde Aristóteles, «con su fórmula de la *clase media* como sustancia del mejor Estado, hasta

las críticas acerbas de K. R. Popper, que tacha a Platón de reaccionario y absolutista (*The Open Society and His Enemies I*), la lectura de su obra obliga a una continua reflexión de lo que realmente dijo y quiso decir Platón».

Para evitar mal-entendidos, que obstem o atingir de um tal desiderato, procura no prólogo (pp. 9-15) eliminar alguns preconceitos e ideias erradas: identificação de comunismo com marxismo, comunismo com capitalismo de Estado, comunismo com materialismo dialético e comunismo com utilitarismo social. O comunismo em Platão deriva de uma exigência metafísica. Trata-se de uma procura da melhor forma de constituição de um Estado que tem por missão a realização da justiça. Como se torna difícil descobri-la nos indivíduos particulares, é necessário observá-la na comunidade social, na pólis, e encontrar a pólis justa. É precisamente o que Platão procura fazer na *República*. A busca da verdadeira justiça leva-o a conceber a constituição de um Estado ideal com três estratos sociais: guardiões, militares e artífices nos quais cada um era integrado de acordo com as suas aptidões naturais; leva-o também, por contraste, a uma exposição sobre outras formas de constituição, suas características e defeitos. Recorrendo frequentes vezes a outras obras de Platão e aqui e além à breve história de conceitos fundamentais da cultura grega — conceito de *atheos* e sua evolução semântica (pp. 43-44), o conceito de felicidade individual (p. 51) —, A. Ortega procura explicar e dilucidar os diversos temas e partes do diálogo numa exposição clara, que se lê com agrado. Divide-a em seis capítulos. O primeiro, que corresponde ao livro I da *República*, trata da busca da justiça; nota-se a falta de uma alusão, por breve que fosse, à questão da data deste livro inicial e ao seu paralelismo com os diálogos aporéticos da primeira fase. O segundo engloba os livros II, III, IV e V da *República* e ocupa-se da descoberta da justiça e da sua realização nos três tipos de Estado que Platão sucessivamente analisa: a «ciudad sana», a «ciudad abundante» e, por fim, a «ciudad comunista» — na terminologia usada pelo autor —, a única que dá a cada um uma tarefa de acordo com as suas aptidões naturais, sem distinguir o homem da mulher, a única portanto em que se realiza a justiça. As qualidades e aptidões do guardião-filósofo, cujas missão e função Platão indica no livro V e, portanto, A. Ortega expõe no referido segundo capítulo, são analisadas no cap. III e a sua educação no IV, que *grosso modo* correspondem respectivamente aos livros VI e VII. O capítulo seguinte abrange os livros VIII e IX e trata da deterioração progressiva que atinge um Estado, quando não devidamente guiado: da aristocracia à timocracia ou timarquia e desta sucessivamente à oligarquia, à democracia e, por fim, à tirania.

A obra deixa de fora o livro X que não é comentado: não é mencionado ao longo da exposição, para além de uma muito breve alusão ao «mito de Er» (p. 140), nem a propósito da referência, que faz no capítulo II, à negação do valor educativo da poesia (pp. 41-42), quando o tema é retomado neste último livro (595 sqq.) em mais larga escala e numa perspectiva mais ampla.

Como o modelo platónico se contrapõe à democracia ateniense que tem sempre presente nas suas críticas, A. Ortega apõe um capítulo final, o VI, em que foca brevemente a origem grega do conceito de democracia, as principais características que esse regime possuía em Atenas e os traços distintivos que o diferenciam das democracias modernas. Deixo aqui o meu aplauso a esta espécie de epílogo que, apesar de sintético, é útil e constitui um complemento de confronto e comparação para o pensamento político de Platão. Merece-me, contudo, reparo, a título de exemplo,

por um lado a afirmação sem mais de que «Sólon suprime la esclavitud» (p. 148), quando se sabe que apenas aboliu a escravatura por dívidas; por outro a ausência de quaisquer remissões bibliográficas, ao tratar de um tema que possui tão abundante bibliografia, como acontece no caso da democracia ateniense.

Aliás, a ausência de bibliografia e de citações constitui uma característica do livro, o que não deixa de causar estranheza, já que abundam as obras sobre o pensamento político de Platão e, em especial, no que concerne à *República* (nesta perspectiva um reparo também para a não existência de uma bibliografia final, pelo menos das obras mais significativas sobre o pensamento político de Platão). De facto, ao longo de toda a exposição não discute as opiniões de outros comentadores, com excepção de breves alusões, de forma vaga (e.g. pp. 48, 75, 78, 83-84). Apesar da sua confissão de preferir a exposição directa da obra e renunciar intencionalmente «a una discusión con la crítica moderna de Platón» que fará em outro momento (p. 15), não pode deixar de lamentar-se que, ao tratar do comunismo deste autor, se omita de forma sistemática, com excepção da leve alusão a Popper referida acima, as várias obras sobre o assunto.

É contudo um livro útil, de leitura agradável, que fornece uma explicação simples e acessível dos símiles da luz, da linha e, sobretudo, da caverna (facilitada por uma ilustração) e que apresenta, a concluir, um útil índice de vocábulos e matérias com remissões para o livro e para a obra de Platão (pp. 161-193), em especial para a *República*. Na base do índice, como confessa o autor, estão as obras de K. Vretska, *Platon, Der Staat*, Stuttgart, 1971, H. Perls, *Lexikon der platonischen Begriffe*, Bern-München, 1973. Um livro que, além disso, se não exime aos confrontos com a actualidade, apontando as semelhanças e estabelecendo as diferenças. É o que acontece no citado cap. VI e ao observar que a «teoría platónica no admite un Estado comunista capitalista que recoja la producción común y la distribuya entre los ciudadanos», já que a «propriedad radical no está en un poder central y organizado, en un Estado poseedor, sino en los trabajadores manuales» (p. 50).

J. RIBEIRO FERREIRA

ROBERT J. BUCK, *A History of Boeotia*, The University of Alberta Press, 1979, 205 pp.

Este livro — que constitui uma das raras excepções na corrente geral de estudos dedicados a Atenienses e Espartanos — descreve a história de um povo que, desde a ocupação da Beócia, provavelmente já concluída em 950 a.C., até à guerra do Peloponeso, nunca se deixou comandar por um tirano e demonstrou preferência pelo regime oligárquico, criou uma federação dotada de uma constituição oligárquica de tipo representativo e possuiu uma organização social que parece não ter conhecido as tribos e as fratrias.

Como o autor confessa na «Introdução», a obra só incidentalmente trata da arte, cultura e literatura. No cap. I dá-nos uma visão da geografia da Beócia, no